

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.267 - MG (2019/0356347-0)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : MARCO ANTONIO DOMINGUES  
**ADVOGADO** : FLÁVIO TEIXEIRA ALVES - MG135096  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por MARCO ANTONIO DOMINGUES contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 317, §1º, do Código Penal, no bojo da denominada "Operação Domiciano" (e-STJ fls. 13/28).

Segundo consta, o recorrente e o corréu teriam solicitado e recebido, por diversas vezes, vantagens indevidas em razão da função de policiais rodoviários federais, para deixarem de praticar atos de ofício após a constatação de irregularidades nos veículos abordados (e-STJ fl. 17).

A defesa impetrou prévio *writ*, no qual postulou a concessão da ordem para que fosse deferida a substituição de testemunhas arroladas na resposta à acusação, com redesignação da audiência marcada para o dia 20/6/2018.

A ordem, no entanto, foi denegada, em acórdão cuja ementa foi definida nos seguintes termos (e-STJ fls. 78/80):

HABEAS CORPUS. SUBSTITUIÇÃO DE TESTEMUNHAS. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO LEGAL. INDEFERIMENTO PELO JUÍZO. LEGITIMIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Habeas corpus impetrado em favor de Marco Antônio Domingues impugnando a decisão pela qual o Juízo, na ação penal na qual o Ministério Público Federal (MPF) imputa ao paciente a prática do crime de corrupção passiva, na modalidade qualificada, em continuidade delitiva, indeferiu o pedido de substituição de testemunhas de defesa. CP, Art. 317, § 1º, e Art. 71.

2. Impetrante sustenta, em suma, que "[o] Paciente foi denunciado

pela prática dos crimes tipificado nos artigos 317. §1º c/c artigo 71, todos do Código Penal, decorrente do processo 6881-69.2017.4.01.3803, no qual teve a prisão preventiva decretada com a deflagração da Operação Domiciano, no dia 22/06/2017"; que "[o] Paciente ficou preso preventivamente até a data de 03/10/2017 no complexo penitenciário de Nelson Hungria, quando da revogada sua prisão, substituída por medidas restritivas previstas no artigo 319 do CPP, e ainda, com depósito de fiança"; que "[o] Paciente neste primeiro momento em sua defesa preliminar (...), onde arrolou as testemunhas de defesa, sem mesmo ter o completo acesso das acusações que lhe foram atribuídas"; que, "[n]o decorrer deste período, o [paciente] tendo mais acesso às acusações, e procurando desempenhar sua defesa, vem trazendo aos autos elementos mais apropriados a sua defesa", embora "com muitas dificuldades, pois, ainda não lhes foram restituídos bens que foram apreendidos na sua prisão"; que, "[a]inda, como maior complicador que se faz, o seu posto de trabalho é em local diverso da Comarca que reside, pois como tem restrição para se ausentar da comarca e não pode ter contato com outros colegas de trabalho, a busca de testemunhas que possam esclarecer alguns dos fatos que lhe são atribuídos"; que, por isso, é "necessário [pedir] a substituição de testemunhas arroladas" na resposta; que "[a]s novas testemunhas foram encontradas com ajuda de amigos que foram até os pontos de referências onde poderiam ser encontradas, lugares estes, que já houveram alterações"; que "devem ser prestigiados os princípios da verdade real na produção de provas, da razoabilidade, do contraditório e da ampla defesa, de modo que o i. juiz, deve possibilitar ao Paciente a substituição da testemunha ou, ao menos, ouvir seu depoimento e valorá-lo como simples informação"; "que inexistente violação do art. 451 do CPC (que enseja a possibilidade de substituição de testemunha, depois de apresentado o rol, em casos de falecimento, enfermidade ou mudança de residência)"; que "[o]s princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório garantem à parte o direito de produzir a prova de suas alegações, cujo intuito é o de influenciar o convencimento do julgador, de modo que compete ao órgão judicial fornecer as condições necessárias para que tal direito se materialize"; "que o Paciente não tinha condições de arrolar suas testemunhas, quando estava recolhido em Presídio a quase 1000km de distância, sem ao menos conhecer o teor das acusações que pesavam"; que "o indeferimento da produção da prova testemunhal, tendo como resultado o julgamento contrário ao interesse do Paciente que pretende produzir a prova, acarreta evidente cerceio à defesa, na medida em que a prova postulada poderia influenciar diretamente no desfecho da sentença"; que, "[d]eixar de produzir a prova oral constitui-se em eficaz impedimento ao esclarecimento dos fatos alegados, por esse motivo, não podem ser prejudicadas pela decisão que indefere a produção de prova." Requer a concessão da ordem para determinar ao Juízo que proceda à substituição das testemunhas inicialmente arroladas pelas indicadas neste habeas corpus. Pedido de medida cautelar indeferido. Parecer da PRR1 pela denegação da ordem.

3. Substituição de testemunhas. Inexistência de fundamento legal ou de motivo relevante. Indeferimento pelo Juízo. Legitimidade. (A) Os princípios constitucionais relativos ao devido processo legal (CR, Art. 5º, inciso LIV) e ao contraditório e à ampla defesa (CR, Art. 5º, inciso LV) são exercidos e observados nos termos da lei processual. (STF, MS 23739/DF; MS 25483/DF.) (B) O direito à substituição de testemunhas não é absoluto. (STF, MS 23452/RJ.) (C) O princípio vigente, em termos de produção probatória, está delineado no Art. 184 CPP, no sentido de que somente deve ser deferida a prova que "for necessária ao esclarecimento da verdade." Assim sendo, o juiz somente está obrigado a determinar a oitiva de testemunhas cujos depoimentos sejam pertinentes e relevantes "ao esclarecimento da verdade." Nesse sentido, o Art. 8º, alínea f, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) garante o "direito da defesa de inquirir as testemunhas presentes no Tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos." Portanto, esse direito não é absoluto, dado que está restrito às "testemunhas presentes no Tribunal" e àquelas "que possam lançar luz sobre os fatos." (D) Por isso, "[d]iligência requerida pela defesa pode ser indeferida pelo juízo do processo criminal, desde que com fundamentação convincente sobre a impertinência da prova." (STF, HC 83417.) Em suma, é legítima a negativa de inquirição de "[p]essoas que [...] não conhecem os fatos objeto da prova requerida" (STF, HC 83417) com base no Art. 411, § 2º, do CPP, segundo o qual, "(a)s provas serão produzidas em uma só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias." "Independentemente do fato de a lei facultar às partes a apresentação de um número determinado de testemunhas não significa que todas aquelas que venham a ser arroladas serão, obrigatoriamente, ouvidas no deslinde da instrução. O cotejo das provas relevantes à elucidação da verdade real inclui-se na esfera de discricionariedade mitigada do juiz do processo, o qual, vislumbrando a existência de diligências lato sensu protelatórias, desnecessárias ou impertinentes aos autos, poderá indeferi-las mediante decisão fundamentada. Exegese do art. 411, §2.º, do Código de Processo Penal." (STJ, REsp 1357289/PR.) (E) "[O] direito á prova não é absoluto, limitando-se por regras de natureza e endoprocessual e extraprocessual. Assim é que, na proposição de prova oral, prevê o Código de Processo Penal que o rol de testemunhas deve ser apresentado, sob pena de preclusão. na própria denúncia, para o Ministério Público, e na resposta à acusação, para a defesa." (STJ, HC 326.209/BA.) Em consequência, inexistente "ilegalidade na desconsideração do rol de testemunhas da defesa, apresentado fora do prazo legalmente estabelecido, ante a preclusão temporal desta faculdade processual" (HC 202.928/PR [...])." (STJ, HC 326.209/BA; AgRg no AREsp 713.847/MG; STF, HC 77576; TRF 1ª Região, RSE 0024159-34.2013.4.01.3800.) (F) Com base no Art. 3º do CPP, a substituição de testemunhas, diante da falta de norma específica no CPP, admite a aplicação subsidiária do CPC. O Art. 451, incisos I, II e III, do CPC 2015 dispõe, que, "[d]epois de

apresentado o rol de que tratam os §§ 4º e 5º do art. 357, a parte só pode substituir a testemunha", "que falecer;" "que, por enfermidade, não estiver em condições de depor;" "que, tendo mudado de residência ou de local de trabalho, não for encontrada." "A jurisprudência predominante [no] Superior [Tribunal] de Justiça entende só ser possível a substituição de testemunhas previamente arroladas em sede de resposta à acusação nas hipóteses de sua não localização, enfermidade ou falecimento, não verificadas no caso, tudo nos termos do novel art. 451, do CPC/2015. aplicado ao processo penal por força do art. 3º, do CPP." (STJ, RHC 67.589/PA; AgRg na APn 697/RJ; HC 257.533/MG; STF, AP 1002 AgR-terceiro; TRF1, EINACR 5052-39.2006.4.01.3900/PA.) (G) Dessa forma, após a apresentação, pelo MPF, na denúncia, e pela defesa, na resposta à acusação, do respectivo rol de testemunhas, elas somente poderão ser substituídas se ficar caracterizada uma das hipóteses acima descritas. (STJ, HC 166.769/SE; RHC 64.016/PA.) (H) Alegação de que "que o Paciente não tinha condições de arrolar suas testemunhas, quando estava recolhido em Presídio a quase 1000km de distância, sem ao menos conhecer o teor das acusações que pesavam." Nesse contexto, caberia à defesa formular pedido de dilação de prazo, arrimado em motivo relevante." (STJ, HC 257.533/MG.) Ausência, na espécie de pedido de dilação de prazo para a indicação do rol de testemunhas. Conseqüente ocorrência de preclusão diante da apresentação de rol de testemunhas com a resposta à acusação. CPP, Art. 396-A. (I) Alegação de que "[o] Paciente neste primeiro momento em sua defesa preliminar [...], onde arrolou as testemunhas de defesa, sem mesmo ter o completo acesso das acusações que lhe foram atribuídas"; que, "(ajinda, como maior complicador que se faz, o seu posto de trabalho é em local diverso da Comarca que reside, pois como tem restrição para se ausentar da comarca e não pode ter contato com outros colegas de trabalho, a busca de testemunhas que possam esclarecer alguns dos fatos que lhe são atribuídos"; que "[a]s novas testemunhas foram encontradas com ajuda de amigos que foram até os pontos de referências onde poderiam ser encontradas, lugares estes, que já houveram alterações." A prisão do paciente, à época da apresentação da defesa, não impedia o advogado dele de ler a denúncia, e, juntos, discutirem quais seriam as melhores testemunhas a serem indicadas. "Não há nulidade pelo indeferimento de substituição do rol de testemunhas a requerimento da Defensoria Pública, sob a alegação de dificuldade material de se entrevistar com réu preso, principalmente quando o defensor deixou de esclarecer o objeto da prova oral e sua relevância para a reconstrução histórica dos fatos." (STJ, AgRg no RHC 51.642/CE.) A alegação de que as testemunhas foram encontradas com a ajuda de amigos demonstra que elas poderiam ter sido arroladas anteriormente. A alegação de que o paciente tem restrição para se ausentar de sua comarca não se aplica ao seu advogado, e, além disso, poderia ser contornada mediante a formulação de pedido ao Juízo visando à localização dessas testemunhas. (J) Alegação de que, "[n]o decorrer deste período, o [paciente) tendo mais acesso às acusações, e procurando

desempenhar sua defesa, vem trazendo aos autos elementos mais apropriados a sua defesa", embora "com muitas dificuldades, pois, ainda não lhes foram restituídos bens que foram apreendidos na sua prisão." A alegação da ocorrência de novo contexto fático não constitui justificativa idônea à substituição de testemunha. "A justificativa apresentada pelo recorrente (novo contexto fático criado após a oitiva das testemunhas de acusação) não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas no art. 408 [atual CPC 2015, Art. 451] do Código de Processo Civil [de 1973], razão pela qual não merece acatamento o pleito defensivo." (STJ, RHC 48.031/MG.) A posterior descoberta da importância da testemunha também não constitui motivo suficiente ao deferimento da substituição. "O impetrante ao requerer a substituição de testemunha que havia indicado na defesa prévia, não enquadrou seu pedido em nenhuma das hipóteses legalmente previstas. A despeito de o advogado requerente ser o mesmo que assinou as alegações preliminares do réu, justificou o pedido no fato de apenas ter tomado ciência da importância das testemunhas que pretendia substituir após a fase do art. 365 do Código de Processo Penal - redação anterior à Lei n.º 11.719/2008." (STJ, HC 112.860/RJ.) A afirmação de que ainda não foram restituídos bens do paciente objeto de apreensão nada tem a ver com a capacidade do seu advogado de compreender as acusações formuladas na denúncia e de proceder na defesa do paciente de acordo com esse entendimento. (K) Em suma, o impetrante deixou de comprovar, mediante "prova [documental] idônea[,] inequívoca" (STF, HC 85473; HC 71341) e "convincente" (STF, HC 53626, supra), que as testemunhas indicadas na petição inicial deste habeas corpus não foram arroladas tempestivamente por um dos motivos indicados no Art. 451 do CPC (CPP, Art. 3º). (STJ, HC 257.533/MG; HC 166.769/SE; RHC 64.016/PA.) (L) No tocante às nulidades, o Art. 566 do CPP dispõe que "(n)ão será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa." De fato, em Direito Público (Direito Processual Penal, no caso), somente se declara a nulidade de ato ou de processo quando, da inobservância de formalidade legal, resulta prejuízo. (CPC. Art. 283. parágrafo único; CPP. Art. 3º; STF. MS 22050/MT.) O Art. 563 do CPP é peremptório ao deixar bem claro que "(n)enhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa." Por isso, "[é] da jurisprudência do Supremo Tribunal que não se adstringe ao das nulidades relativas o domínio do princípio fundamental da disciplina das nulidades processuais - o velho pas de nullité sans grief -, corolário da natureza instrumental do processo, donde - sempre que possível - ser exigida a prova do prejuízo, ainda que se trate de nulidade absoluta (HHCC 81.510 [...]; HC 74.671 [...])." (STF. AI 559632 AgR/MG; STJ, REsp 743.765/MG; EDcl no REsp 235.679/SP; EDcl no REsp 840.401/GO.) Dessa forma, para que o erro ou a irregularidade conduza ao reconhecimento da nulidade, é necessário que seja capaz de afetar o resultado do julgamento, ou seja, que tenha causado prejuízo à acusação ou à defesa. CPP, Art. 563 e Art. 566. Por sua

vez, a parte que alega a ocorrência da nulidade tem o ônus de demonstrar que a prova pretendida tinha potencial para influir "na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa." CPP, Art. 566. (M) Hipótese em que o impetrante deixou de demonstrar que as testemunhas indicadas em substituição, em virtude de circunstâncias objetivas, têm conhecimento sobre os fatos relevantes "na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa." CPP, Art. 566. (N) O impetrante alega que "devem ser prestigiados os princípios da verdade real na produção de provas, da razoabilidade, do contraditório e da ampla defesa, de modo que o i. juiz, deve possibilitar ao Paciente a substituição da testemunha ou, ao menos, ouvir seu depoimento e valorá-lo como simples informação"; "que inexistiu violação do art. 451 do CPC (que enseja a possibilidade de substituição de testemunha, depois de apresentado o rol, em casos de falecimento, enfermidade ou mudança de residência)"; que "[o]s princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório garantem à parte o direito de produzir a prova de suas alegações, cujo intuito é o de influenciar o convencimento do julgador, de modo que compete ao órgão judicial fornecer as condições necessárias para que tal direito se materialize"; que "o indeferimento da produção da prova testemunhal, tendo como resultado o julgamento contrário ao interesse do Paciente que pretende produzir a prova, acarreta evidente cerceio à defesa, na medida em que a prova postulada poderia influenciar diretamente no desfecho da sentença"; que, "(d) deixar de produzir a prova oral constitui-se em eficaz impedimento ao esclarecimento dos fatos alegados, por esse motivo, não podem ser prejudicadas pela decisão que indefere a produção de prova." O prestígio devido ao princípio da verdade real não implica a possibilidade de a parte substituir indefinidamente as testemunhas que deveriam ser arroladas em prazo determinado. O direito à produção de provas não é absoluto. Está sujeito às imposições legais, e, uma delas, é o prazo para a indicação das testemunhas. "As limitações temporais, impostas ao exercício do direito de defesa, pelo Código de Processo Penal, não ofendem o art. 153, § 15, da Constituição da República [atual Art. 5º, LV, da CF de 1988], assim como também não o vulneram as exigências concernentes à forma dos atos judiciais e ao lugar em que devem ser realizados." (STF, HC 57708.) Dessa forma, aquele que perde o prazo para arrolar testemunhas, no processo penal, tem de suportar o ônus daí decorrente, assim como aquele que, como é o caso do paciente, não arrolou, no prazo legal, as testemunhas que tinha interesse em ouvir no curso da instrução processual, deve suportar o ônus daí decorrente. O indeferimento fundamentado de pedido de substituição de testemunhas não caracteriza cerceamento de defesa. (STF, RHC 131706 AgR.) Por outro lado, o impetrante deixou de demonstrar, de forma clara e convincente, que a ausência de oitiva das testemunhas indicadas extemporaneamente "constitui[...] eficaz impedimento ao esclarecimento dos fatos alegados". O impetrante nem sequer procurou argumentar quais as circunstâncias objetivas (testemunhas presenciais dos fatos; testemunhas que forneceriam um alibi, por exemplo) que demonstram que as testemunhas agora indicadas são

mais relevantes "na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa" (CPP, Art. 566) do que as testemunhas anteriormente arroladas. Como decidido pelo STJ, "(i)gnexiste nulidade por cerceamento de defesa, quando a ausência da substituição de testemunha não encontrada não influenciou na apuração da verdade, não tendo a parte interessada demonstrado o prejuízo." (STJ. AgRg no AgRg no REsp 661.394/SC.) (O) Conseqüente denegação da ordem.

4. Habeas corpus denegado.

No presente recurso ordinário, porém, a defesa se insurge contra outro acórdão proferido pelo Tribunal de origem, quando do julgamento do HC n. 1028686-87.2018.4.01.0000, sustentando a ilicitude da captação ambiental.

Afirma que foi pleiteado na origem o reconhecimento da apontada ilegalidade, mas que o Tribunal *a quo* denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 100/103):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO DOMICIANO. CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317, CAPUT E § 1º, DO CÓDIGO PENAL). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA E NULIDADE DAS PROVAS QUE EMBASAM A ACUSAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Busca-se com o presente Habeas Corpus afastar suposta coação ilegal decorrente de decisão da autoridade impetrada que recebeu a denúncia oferecida contra o paciente, alegando-se que a peça acusatória seria inepta e embasada em prova ilícita.

2. O caso concreto trata das investigações desenvolvidas no âmbito do Inquérito Policial, em que se deflagrou a denominada Operação Domiciano, na qual foram apuradas diversas situações, em tese delituosas, entre elas corrupção passiva, nas quais o acusado, ora paciente, estaria envolvido.

3. A alegação da impetração de nulidade da captação ambiental que embasa a acusação, ao menos nessa análise preliminar, não merece acolhimento.

4. No caso dos autos, autoridade impetrada, ao deferir o pedido de autorização para instauração de equipamentos de captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, previsto no inciso II do art. 3º da Lei 12.850/2013, fundamentou que “as medidas se mostram necessárias, uma vez que as abordagens realizadas pelos policiais rodoviários federais são feitas, em sua maioria, junto às viaturas, o que possibilita desvendar algumas negociações entre os interlocutores, sendo que o rastreamento possibilita identificar os locais exatos da prática das abordagens supostamente ilegais”.

5. Não procede o pleito de incidência do prazo limite de 15 dias da Lei 9.296/1996 às escutas ambientais, uma vez que tal lei tem por objeto a regulamentação do art. 5º, inciso XII, parte final, da Constituição Federal, ou seja, a quebra de sigilo das comunicações telefônicas. Diante da ausência de disposição, na Lei 12.850/2013, a respeito do lapso máximo para a autorização de escutas ambientais, não se verifica constrangimento ilegal na decisão que determina a medida de interceptação pelo período 45 dias.

6. Não procede a alegação de inépcia por falta de descrição adequada da conduta criminosa imputada ao paciente, pois a denúncia atribui ao paciente o cometimento de fatos especificados, apontando as circunstâncias que envolvem a imputação.

7. Narra a denúncia que o paciente, na data de 02/03/2017, juntamente com outro policial rodoviário federal, em Monte Alegre de Minas/MG, no exercício de suas funções (policial rodoviário federal), abordaram um veículo de carga não identificado, que trafegava com licença vencida, cujo condutor seria oriundo do Paraná, sendo que, na ocasião, “solicitaram, para si, diretamente, em razão da função desempenhada, vantagem pecuniária para deixarem de praticar ato de ofício, consistente na aplicação de multa e consequente recolhimento do veículo ao pátio credenciado”.

8. Afirma o órgão de acusação que a vantagem indevida solicitada na ocasião teria sido a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e que, ao fim, o montante recebido teria sido de R\$ 300,00 (trezentos reais), a título de propina para liberarem o veículo sem qualquer autuação ou apreensão.

9. A peça acusatória e as peças que a acompanham permitem a compreensão da acusação e a extração das consequências dela decorrentes, atendendo, pois, aos pressupostos do art. 41 do Código de Processo Penal.

10. Refere a denúncia elementos de prova, consubstanciados em captação ambiental que estariam a amparar a acusação, não se divisando, de plano, a alegada ausência de justa causa para manejo da ação penal.

11. Para o oferecimento da denúncia exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas da materialidade e da autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório.

12. No caso, o reconhecimento da tese da impetrante de inexistência de justa causa para o exercício da ação penal, dada a suposta ausência de elementos de informação a demonstrarem a materialidade e a autoria delitivas, exige profundo exame do contexto probatórios dos autos, o que é inviável na via estreita do writ.

13. Cabe destacar que a denúncia ora em análise, diferentemente daquela analisada nos autos do Habeas Corpus



# Superior Tribunal de Justiça

1013209-58.2017.4.01.0000, cujo trancamento se determinou, adequadamente, especifica qual teria sido a vantagem indevida solicitada no episódio tido como delituoso, qual seja, a solicitação do valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e o recebimento, ao final, da quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais).

14. Não se divisa, assim, situação excepcional apta a justificar o trancamento da ação penal movida contra o paciente, o que impõe a denegação da ordem pretendida.

15. Ordem de Habeas Corpus denegada, confirmando o que decidido em sede liminar.

Pondera, dessa forma, em linhas gerais, "*a ilegalidade das escutas ambientais, captadas por prazo superior ao fixado pelo juízo a quo, com a captação ocorrida após o prazo sendo utilizada mesmo comprovadamente ilícita*" (e-STJ fl. 106).

Requer, liminarmente, a suspensão do trâmite processual. No mérito, pugna pelo provimento do recurso, com a anulação das provas alegadamente ilegais, determinando-se o seu desentranhamento dos autos (e-STJ fl. 111).

É o relatório.

O recurso não comporta conhecimento.

Com efeito, das razões trazidas na petição recursal, verifica-se que a defesa insurge-se contra o acórdão proferido pelo Tribunal de origem no julgamento do HC n. 1028686-87.2018.4.01.0000.

Ocorre que a causa de pedir e o pedido deste recurso em *habeas corpus* são idênticos àqueles trazidos no RHC n. 118.633/MG, interposto nesta Corte e que impugna o mesmo acórdão prolatado nos autos do HC n. 1028686-87.2018.4.01.0000.

Ante o exposto, diante da constatação de que o presente recurso em *habeas corpus* configura mera reiteração do RHC n. 118.633/MG, **dele não conheço**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator